

ANEXO II – MINICURSOS

MC 1: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, DELIBERAÇÃO E O QUE MAIS? QUAL O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES POLITICAS NA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA?

Prof.^a Ms.^a Barbara Cristina Mota Johas (CCP/UFPI)

barbarajohas@yahoo.com.br

A presente proposta de minicurso visa abordar o debate sobre as relações entre participação política, instituições e modelos democráticos, com o objetivo de analisar qual o papel dos desenhos institucionais existentes para a ampliação e/ou redução dos potenciais participativos que se desenvolvem nas democracias contemporâneas. Objetivos específicos: Compreender a relação entre sociedade civil e Estado no Brasil, através de uma análise centrada na prática política dos atores sociais no âmbito da esfera pública. Considerar que atores sociais participam do processo de elaboração de políticas públicas, assim como quais espaços institucionais têm sido reservados a eles. – Analisar os impactos da participação social para o perfil das políticas públicas no Brasil, em especial a relação entre movimentos sociais, orçamentos participativos e ONGs.

MC 2: ANTROPOLOGIA E CIBERCULTURA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

METODOLÓGICOS

Ms. Clarissa Carvalho (PUC-Rio)

clarissascarvalho@gmail.com

O crescimento exponencial da internet e da Comunicação Mediada por Computador (CMC) nos últimos anos, conectando pessoas de diferentes lugares, fez emergir novas possibilidades de interação social e de intercâmbio de conteúdos simbólicos. Usuários se conectam à grande rede de diferentes locais, prescindindo da copresença física para se comunicar e para compartilhar conteúdos simbólicos. É possível dar continuidade a contatos que já existem na vida cotidiana, mas também criar novas relações, através de novas identidades e práticas adquiridas. Entendendo os ambientes digitais como espaços de sociabilidade, pretende-se discutir, nesse mini curso, a epistemologia vinculada à cibercultura e os limites e possibilidades da experiência etnográfica virtual, em relação à etnografia presencial. Termos como netnografia, e etnografia virtual serão discutidos e problematizados a fim

de esclarecer as possibilidades da aplicação de técnicas etnográficas em ambientes digitais.

MC 3: (HOMO)SEXUALIDADES, CULTURAS IDENTITÁRIAS E ANTROPOLOGIA: PESQUISAS ANTROPOLÓGICAS

Ms. Ana Kelma Cunha Gallas (SEXGEN/FSA)

kelmagallas@yahoo.com.br

Mestranda Pâmela Laurentina Sampaio Reis (PPGANT/SEXGEN/UFPI)

pamelalaurentinasr@gmail.com

Num contexto de luta por aquisição de cidadania, direitos sexuais e diversidade sexual este minicurso tem a intenção de contribuir para a formação dos alunos de graduação e pós-graduação com análises, debates e reflexões sobre as pesquisas antropológicas que vêm sendo realizadas especialmente no norte-nordeste que buscam compreender as relações de gênero, práticas sexuais, desejos sexuais, produções LGBT e performances corporais. Os dados que serão apresentados constituem escutas etnográficas dos pesquisadores e sua relação com o campo de análise que propõe pensar também esta relação do fazer antropológico com as teorias elaboradas. As pesquisas antropológicas têm, ao longo de sua história, discutido sobre a relação pesquisador-pesquisado com a intenção de aperfeiçoar os métodos de aquisição de informações e construção de dados na produção etnográfica. O aperfeiçoamento visa aumentar a variedade de análises e sua qualidade teórica para a compreensão da diversidade e, em última análise, tentar contribuir para a dignidade humana. Dessa forma, a intenção é discutir sobre os aspectos técnicos a respeito do tratamento das informações através da experiência de pesquisa das ministrantes e convidados, procurando fornecer aportes para se entender os “imponderáveis” das pesquisas em gênero e sexualidade.

MC 4: HISTÓRIA POLÍTICA DOS MOVIMENTOS NEGROS

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos (CCP/UFPI)

marcdre27@gmail.com

Pretende-se neste minicurso abordar o surgimento dos movimentos negros brasileiros, tendo como marco a fundação da Frente Negra Brasileira nos anos 30 do século XX na cidade de São Paulo. Os movimentos negros ou, como preferem seus militantes, o Movimento Negro, é um movimento social com diferentes estratégias e ações cujo objetivo principal é a luta contra o racismo e a discriminação racial. As diferenças de escopo, capacidade de atuação e

institucionalização do MN serão analisadas à luz das transformações da sociedade brasileira. Neste sentido, situaremos desde as primeiras organizações negras que atuavam em um cenário político e social de negação do racismo até o atual contexto em que o próprio Estado assume para si o papel de ator no combate às desigualdades raciais por meio de políticas de ação afirmativa e outros programas. Afinal, o que mudou? Quais os avanços obtidos até agora? Quais os desafios que faltam superar para que a meta de uma sociedade sem racismo seja possível? Enfim, procuraremos responder a uma série de questões referentes ao ativismo negro e seu papel na luta contra o racismo.

MC 5: TRIBUNAIS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS: ENTRE A PREVENÇÃO E A REPARAÇÃO

Ms. Natasha Karenina de Sousa Rego (UFSC)

nkarenina@gmail.com

A finalidade deste minicurso é analisar e discutir o papel dos Tribunais Internacionais de Direitos Humanos de prevenir e reparar as violações de direitos humanos. A proteção internacional dos direitos humanos conta com mecanismos coletivos de apuração de violações capazes de determinar o dever de reparação do Estado a partir de sua responsabilidade internacional. No âmbito dos Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos, a Corte Europeia de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos podem ser destacadas como indispensáveis mecanismos de proteção dos direitos dos indivíduos, povos e coletividades. As decisões destes Tribunais cumprem funções jurídicas e políticas para o Estado violador, demais Estados-membros do trabalho e toda a comunidade internacional. A influência exercida pelos Tribunais no âmbito doméstico dos Estados e a vontade política dos agentes estatais serão estudadas a partir do estudo de casos emblemáticos de Tribunais Internacionais de Direitos Humanos. O desconhecimento dos Sistema Regionais de Proteção dos Direitos Humanos e o pouco sentimento de pertença dos brasileiros em relação ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos tornam a proposta do minicurso importantes para a divulgação dos mecanismos coletivos como meios legítimos para acudir as vítimas de violações de direitos humanos. O elenco apresentado na ementa dialoga com a solidificação dos direitos humanos a todos e a todas na sociedade brasileira, demanda tão urgente e tão cara neste cenário de democracia recente. Processo internacional de direitos humanos. Mecanismos coletivos de apuração de violação de direitos humanos: Corte Europeia de Direitos Humanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Corte Africana

de Direitos Humanos e dos Povos e Tribunal Penal Internacional. Diálogo entre Cortes: implementando as decisões internacionais. Estudo de Caso.

MC 6: SOCIEDADE CIVIL E NORDESTE BRASILEIRO: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE ATRAVÉS DE ANTONIO GRAMSCI

Ms. Rodrigo Santos Cruz (DCIES/UFPI)

rodrigossantosacruz1989@gmail.com

O debate relacionado à esfera da sociedade civil, tanto nas Ciências Sociais como um todo e, principalmente, na Ciência Política contemporânea, trazem questões de importância crucial para que se tenha um quadro teórico-analítico válido, mesmo geral, das relações que o Estado mantém com as esferas privadas de hegemonia. Em Hegel já se encontram as primeiras formulações de um entendimento, comum na análise teórica da sociedade civil, referente ao nível e natureza da ação. A sociedade civil é o lugar de ações privadas, de trocas entre indivíduos que se mantêm reguladas pelo Estado. Até que ponto as ações nessas relações de hegemonia privada são regulamentadas pela esfera pública, qual seja o Direito Público, em suma, o próprio Estado? A análise materialista de Marx introduz uma concepção peculiar e discrepante da concepção hegeliana. O idealismo alemão preconizava a tomada de consciência. Marx, ao designar as relações concretas de produção e trabalho da vida como a ontologia da dinâmica histórico-social coloca a sociedade civil no plano da infraestrutura, está criando condições para a legitimação de uma “estruturação” através da inter-relação com a superestrutura que se constituía, nas condições históricas dadas, em função de um determinado bloco histórico, levando em conta a análise marxista da luta de classes.

MC 7: PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOS/AS ANTROPÓLOGOS/AS

Prof.^a Dr.^a Carmen Lúcia Silva Lima (PPGANT/UFPI)

carmen.lima@ufpi.edu.br

Prof.^a Dr.^a Márcia Leila de Castro Pereira (PPGANT/UFPI)

marcialeila23@gmail.com

Mestranda Daniella Souza de Carvalho Santos (PPGANT/UFPI)

danielacarvalho@gmail.com

No Brasil vem ocorrendo mobilizações sociais empreendidas por coletividades que reivindicam o reconhecimento de identidades coletivas e direitos

diferenciados, entre os quais estão os de natureza territorial. Estas mobilizações étnicas, quase sempre, são desencadeadas por conflitos socioambientais; ou seja, situações em que o acesso a lugares e o uso de recursos estão sendo ameaçados por restrições impostas. O objetivo do minicurso é refletir sobre os processos de territorialização vivenciados por povos e comunidade e analisar os conceitos e as metodologias utilizadas pelos antropólogos/as em situações que envolvem reivindicações territoriais, tais como a produção de laudos e relatórios. Etnicidade e grupos étnicos, Território e territorialização. Territorialidades específicas. Estado e políticas territoriais (indígenas e quilombolas). Conflitos socioambientais.

MC 8: ÁREAS PROTEGIDAS E DESENVOLVIMENTO: NOVAS MANEIRAS DE INTERPRETAR A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA. URBANIDADE E MEIO AMBIENTE E PERSPECTIVAS SOBRE ÁREAS.

Ms. Fábio José Lustosa da Costa Ferreira (DIECS/UFPI)

fcfera@yahoo.com

A presente proposta tem por objetivo introduzir os participantes aos conceitos básicos e à base legal e técnica referentes às unidades de conservação no país, focando também as suas potencialidades para o desenvolvimento local. Considerando que nas últimas décadas a questão ambiental, tanto no que concerne à sua dimensão de crise quanto às suas perspectivas torna-se um novo paradigma para as sociedades humanas.